

viagem ao engenho de santana TERESINHA MARCIS



**PROJETO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL
DIDÁTICO LAHIGE - UESC**

VIAGEM AO ENGENHO DE SANTANA

Elaboração: Teresinha Marcis



Editora da UESC

© 2000 by TERESINHA MARCIS

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45650-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (073) 680-5028 - Fax (073) 689-1126
<http://www.uescba.com.br> e-mail: editus@jacaranda.uescba.com.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

CÉSAR BORGES - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ERALDO TINOCO MELO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

RENÉE ALBAGLI NOGUEIRA - REITORA

MARGARIDA CORDEIRO FAHEL - VICE-REITORA

PROJETO GRÁFICO:

ADRIANO LEMOS

CAPA E ILUSTRAÇÃO:

CRISTIANO MAIA

EQUIPE EDITUS

DIRETORA DA EDITORA: MARIA LUIZA NORA; **COORD. DE DIAGRAMAÇÃO:** CRISTIANO MAIA;

DESIGN GRÁFICO: ADRIANO LEMOS; **COORD. DE ARTE-FINAL:** GEORGE PELLEGRINI;

SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO: MARIA SCHAUN; **REVISÃO:** MARIA LUIZA NORA, DORIVAL DE FREITAS; **COORD. DE POLÍTICA EDITORAL:** JORGE MORENO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M313 Marcis, Teresinha.

Viagem ao Engenho de Santana / Teresinha Marcis. - Ilhéus
: Editus, 2000.
86p.

1. Engenho de Santana - História 2. Engenhos - Ilhéus-
(Ba) - Brasil - História. 3. Brasil - História - Capitánias
hereditárias. I. Título.

ISBN-85-7455-016-7

CDD-981.425

Agradecimentos ,

Moradores do povoado do Rio do Engenho

Senhora Alice Maranhão

Equipe LAHIGE

Professores do curso de História da UESC

E especial

à Ivaneide Almeida, pelo acompanhamento integral

e elaboração deste trabalho e professor Marcelo

Henrique pelos debates sobre o texto.

Sumário

Apresentação	7
Localização do povoado do Rio do Engenho	9
1 - O Começo da história do Engenho de Santana	11
Capitanias Hereditárias	15
A Sesmaria de Mem de Sá	18
2 - Por que um engenho em terras tão distantes?	21
Engenhos de açúcar no Brasil e na	
Capitania de São Jorge dos Ilhéus	22
Representação de um engenho movido a energia hidráulica	23
3 - Então, mãos-a-obra! - e quem trabalha?	27
Relação colonos e nativos: dominação e resistência	28
A presença indígena no Engenho de Santana	35
Fugas e levantes de índios do Engenho de Santana	36
4 - O Engenho de Santana: Propriedade dos jesuítas	41
5 - O trabalho escravo do negro africano	43
O trabalho na produção do açúcar	45
Transportando o açúcar	48

**6 - Vida e morte nas senzalas do Engenho de Santana:
O cotidiano dos escravos no tempo dos jesuítas..... 51**

A senzala	52
Escravo: trabalho a qualquer custo	53
Permissão para cultivar suas próprias plantações: incentivo ou estratégia dos senhores de engenho	55
Vestuário e alimentação	58
Vida familiar	60
Trabalho exaustivo, saúde debilitada	61
Nascimento e morte	62

**7 - Novos proprietários do Engenho de Santana e
a rebelião dos escravos 65**

Carta escrita pelos escravos do Engenho de Santana	67
O Significado histórico da carta	70
Novo proprietário, nova rebelião	71
Considerações finais	75
Maiores informações	77
Glossário	83
Bibliografia	85

Apresentação

O livro "Viagem ao Engenho de Santana " é fruto do projeto de produção de Material Didático sobre temas de História Regional do LAHIGE. O presente trabalho revela ao público em geral, mas, especialmente aos estudantes e professores do ensino regular, aspectos poucos conhecidos da formação histórica da região cacauera, de um passado que durante muito tempo permaneceu distante pela falta de material e pesquisas que ultrapassassem os limites do século XX e a produção do cacau.

A escolha do tema, um engenho de açúcar, se justifica pela importância dos acontecimentos que marcaram todo o desenvolvimento regional, que se inicia com a chegada dos colonizadores e se constrói sobre os territórios dos povos nativos, desconsiderados na definição do novo modelo de apropriação das terras: na Capitania de São Jorge do Ilhéus e as sesmarias doadas para pessoas ricas e influentes para a implantação dos engenhos de açúcar.

O conteúdo está organizado seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos relacionados direta ou indiretamente ao engenho. Aborda a chegada dos portugueses e a ocupação das terras; o modelo de colonização adotado, focalizando a Capitania doada a Jorge de Figueredo, a doação da sesmaria a Mem de Sá, que implantou o Engenho de Santana em 1537.

Estes fatos são contextualizados, apontando suas influências na vida dos povos indígenas, especialmente dos Tupiniquim e Aimoré. Aborda as estratégias de dominação e utilização dos indígenas para o trabalho nos engenhos, bem como as lutas e resistências históricas destes povos. Vale ressaltar a transcrição da car-

ta de Mem de Sá sobre a Batalha dos Nadadores e os levantes de índios ocorridos no Engenho de Santana .

A história do engenho continua e, no período em que foi propriedade dos padres jesuítas é possível reconstituir um pouco do cotidiano dos escravos do engenho.

Um acontecimento marcante, a histórica rebelião dos escravos, que em 1789 ocuparam o engenho, e escreveram uma carta de reivindicação para negociar o retorno ao trabalho. Esta carta, se constitui num importante documento histórico, pois revela os escravos como agentes históricos, que resistindo à exploração procuram negociar melhores condições de vida e trabalho.

O livro traz, também, muitas imagens que contribuem para ilustrar aspectos do texto e como elemento de reflexão para professores e alunos. Os documentos também são parte integrante do livro, visando estimular a pesquisa de fontes primárias e proporcionar uma leitura crítica dos mesmos, mais de acordo com o contexto atual.

A conclusão do trabalho é apresentada como desafio para novas pesquisas que aprofundem a leitura dos acontecimentos registrados e de outros aspectos que ainda necessitam de maiores informações.

Localização do povoado do Rio do Engenho



Foto: LAHIGE



Foto: LAHIGE



Foto: LAHIGE



Povoado Rio do Engenho

O que hoje é um tranqüilo povoado já foi sede de um grande engenho de açúcar pertencente a Mem de Sá, o terceiro Governador Geral do Brasil.

Prof. Arléo Barbosa

Eu não posso nem assistir a novela na hora em que estão maltratando os escravos. Fico me lembrando do que minha madrasta contava. As pessoas eram muito carrascas naquela época. E pensar que tudo o que a novela mostra aconteceu mesmo por aqui.

Fala da senhora Estelina, 71 anos, moradora mais antiga do povoado do Rio de Engenho, se referindo à novela de época, "Força de Um Desejo", da Globo. Dona Estelina ouvia muitas histórias que sua mãe de criação e ex-dona de cativo contava.



Foto: LAHIGE

Estelina, Amélia e Cleonice

Esse lugar hoje está muito diferente. Quando eu era pequena o rio tinha cachoeiras, no outro lado tinha a casa de farinha e serraria. Aqui, (apontando para o início das casas), era uma grande olaria. Hoje ainda se encontra muitos pedaços dos tijolos.

As mulheres ganhavam a vida lavando roupa. Eu mesmo fui lavadeira..

Depoimento de dona Laura, 63 anos, moradora do povoado.

Aqui era tanta água que se pescava de rede de arrasto. Quando colocava os peixes na canoa, tinha de remar em pé porque não sobrava espaço para sentar.

Seu Balbino, conhecido como Roxinho, pescador, nascido em Olivença. Casado com dona Laura, mora há 10 anos no local, mas já o conhece de longas datas.

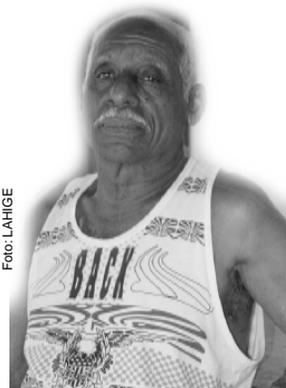


Foto: LAHIGE

Balbino - morador

1

O Começo da história do Engenho de Santana

22 de abril de 1500, data histórica da chegada da esquadra portuguesa, comandada pelo Almirante Pedro Álvares Cabral, na costa das terras do Brasil.

O quadro de Oscar Silva representa o desembarque dos portugueses na baía de Porto Seguro. Ele retrata o encontro entre dois povos diferentes: os nativos e os portugueses recém-chegados. Estes últimos tinham armas, caravelas



Desembarque de Cabral em Porto Seguro - Oscar da Silva

e atravessaram o oceano movidos pela busca de riquezas.

Embora um pouco decepcionados por não encontrarem logo ouro e prata, o que valorizaria mais o achado, os recém-chegados tomaram posse da terra em nome do rei de Portugal. Assim, a terra, a fauna e a flora e os povos nativos foram transformados em "propriedade" da Coroa Portuguesa.

Durante um período de trinta anos após a chegada de Cabral, naus portuguesas saíam dos portos de Lisboa em direção ao Brasil, com a finalidade de explorar as riquezas naturais e também garantir a posse da imensa costa brasileira.

Como Portugal detinha o **monopólio comercial** dos produtos de suas colônias, combatia os outros europeus que também promoviam viagens de exploração.

Muitas frotas, portuguesas ou não, chegavam e logo saíam carregadas de pau-brasil, macacos, sagüis, papagaios e até índios para serem vendidos como escravos na Europa.



Ataque a corsário - livro de Hans Staden

Em 1531, uma frota portuguesa capturou uma nau francesa, chamada Peregrina. Encontraram nos porões:

15 mil toras de pau-brasil, três mil peles de onça, 600 papagaios e 1,8 toneladas de algodão além de óleos medicinais, pimenta, sementes de algodão e amostras de minerais. (Citado por BUENO, 1998, vol. II, p. 108-109).

Assim, até 1530, o mapa do Brasil era representado pela exploração dos recursos naturais, com utilização intensa do trabalho dos nativos no corte e carregamento da madeira e na

caça de animais. Os próprios nativos, que os europeus denominaram de índios, também eram transformados em mercadorias, vendidos como escravos na Europa.

A coroa portuguesa, apesar do imenso Império colonial e do monopólio comercial, via sua economia se tornar cada vez mais fraca: além do luxo da corte, os custos das guerras para manutenção do império drenavam os altos lucros obtidos pela exploração das colônias. Outros europeus, principalmente Inglaterra e França, combatiam o monopólio português e a legalidade do **Tratado de Tordesilhas**.

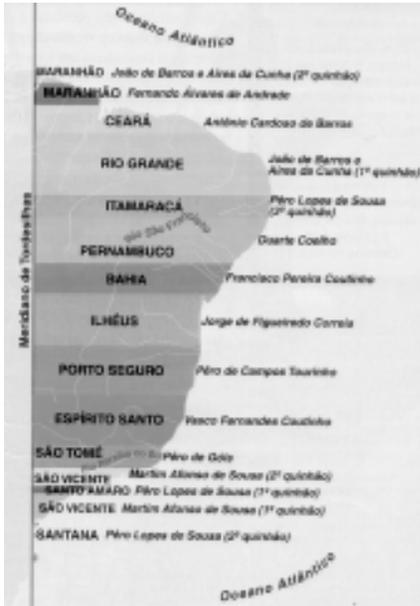


Mapa do Brasil de 1519



Em 1494, o papa Alexandre VI e os reis de Portugal e Espanha assinaram um tratado que dividia as terras, "descobertas ou a descobrir" entre os dois reinos. Portugal ficou com a parte do Oriente, fonte das valiosas especiarias e com a parte do litoral do Brasil.

Mapa das capitanias



Fonte: Brasil 500 anos

A queda dos lucros, a necessidade de aumentar os gastos de guerra para garantir a posse das colônias e o crescente interesse de outros países de também ocuparem as terras do Brasil, levaram o governo português a tomar medidas para a colonização efetiva.

Para tal empreendimento, adotaram um modelo já experimentado nas colônias portuguesas da África. As terras do Brasil foram divididas em 15 grandes lotes, chamados capitanias e doadas a 12 pessoas abastadas do reino. Essa divisão teve como base marcos geográficos,

embora pouco definidos, mas desconsiderando completamente as diversas nações indígenas que habitavam o litoral e o Interior. Inicia-se assim o sistema das **Capitanias Hereditárias**.

Capitanias Hereditárias

Carta de doação da Capitania de São Jorge dos Ilhéus pelo rei D. João III à Jorge de Figueredo

1534: *A quantos esta minha Carta virem faço saber que considerando eu quanto serviço de Deus e meu, proveito e bem de meus Reinos, e senhorios, e dos naturaes subditos deles, e ser minha Costa, e terra do Brasil mais povoada de que de agora foi assim para se nele haver de celebrar o culto, e Ofícios Divinos (...) e provocar a ela os naturaes, e súditos deles de se a dita terra povoar e aproveitar, houve por bem de mandar repartir e ordenar em capitánias de certas em certas léguas para delas prover aquelas pessoas, que bem me parecessem, pelo qual resguardando eu os muitos serviços que Jorge de Figueredo Corrêa, fidalgo de minha Casa e escrivão de minha Fazenda, a mim me tem feito; (...) por esta presente Carta faço mercê, e irrevogável doação (...) segundo adiante irá declarada de cincoenta léguas de terra da dita Costa do Brasil e que começarão na ponta da Bahia de Todos os Santos da banda do Sul, e correrão ao longo da Costa (...) quanto couber nas cincoenta léguas, (...) e entrarão na mesma largura pelo sertão (...)* (BARBOSA, 1987, p. 33).



Marco da Capitania de São Jorge dos Ilhéus

No documento está escrito que o Rei de Portugal é o dono de todas as terras do Brasil e registra a doação de um imenso lote de terra ao fidalgo da corte Jorge de Figueredo. A capitania doada media o equivalente a 450 km de largura na costa e no interior. Mesmo não estando muito claros os marcos que identificam os limites da capitania, é possível deduzir, pelos mapas atuais, que iniciava-se no rio Jaguaripe ou no Jequiriçá, ao sul da ilha de Itaparica e estendia-se até o rio Grande, atual Jequitinhonha, segundo

relato de Gabriel Soares de Sousa em seu Tratado Descritivo do Brasil, em 1587.

O documento aponta as obrigações dos capitães donatários: tinham de fundar vilas e implantar fazendas, tornar as terras produtivas e lucrativas, além de defendê-las contra os povos estrangeiros ou nativos que se opusessem aos interesses da Coroa Portuguesa.

Jorge de Figueredo Corrêa, capitão-donatário da capitania de "São Jorge dos Ilhéos", era escrivão da Fazenda Real e um dos homens mais ricos de Portugal.

Jorge de Figueredo não saiu da corte para tomar posse da capitania, designando Francisco Romero como seu **lugar-tenente** ou representante. Romero, comandando a primeira armada, composta por três naus, chegou nas terras da capitania depois de longa viagem sem contratempos naturais. Vieram muitos homens, cerca de 250, instrumentos de guerra e de lavoura e o necessário para sobreviverem os primeiros tempos. (ROCHA POMBO, vol. I. 1953 - p. 144).



Brasão de Jorge de Figueredo Corrêa

Desembarcaram na ilha de Tinharé, próximo a Boipeba; ergueram um forte na localidade de Morro de São Paulo e iniciaram a exploração das terras. Logo encontraram outro lugar que ficava em uma península, entre quatro ilhéus e desaguadouro de rios no Atlântico. Esse local possibilitava fáceis ações de defesa e excelente ancoradouro.

Aí fundaram a Vila de São Jorge que se tornou a sede da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.



Aparentemente, esta gravura de Rugendas, de 1835, intitulada "Colônia em Ilhéus", representa o espaço geográfico da atual praia do Pontal onde se vê ao fundo o Morro de Pernambuco.

A Sesmaria de Mem de Sá

Jorge de Figueredo, apesar de muito rico, buscou associar-se a outras pessoas influentes para investir na produção de açúcar. Assim, distribuiu sesmarias, que eram grandes extensões de terras e alguns privilégios para o proprietário ou sesmeiro. O tesoureiro-mor Fernão Álvares de Andrade (o donatário da Capitania do Maranhão) recebeu uma sesmaria; outra foi doada ao rico banqueiro de origem florentina, Lucas Giraldes, cuja família enriquecera com o tráfico de especiarias do Oriente; e outra para Mem de Sá, futuro terceiro Governador Geral do Brasil.

A sesmaria de Mem de Sá media o equivalente a 10 Km de largura e 6,30 km de comprimento. Localizava-se às margens do rio Santana, atualmente conhecido como rio do Engenho. O documento de doação deixa claro a intenção de implantar engenhos de açúcar nas terras do Brasil:



Mem de Sá

Digo eu Jorge de Figueredo Correia, por este meu assinado, que dou ao senhor Mem de Sá uma légua e mais meia de largura e uma légua de comprido na minha Capitania do Brasil, com todas as águas, que nesta terra se acharem, para ele fazer todos os engenhos de assucar que quizer; de que me pagará de cada engenho uma arroba de assucar de cinco em cada um ano... (Citação em MONTEIRO, 1999, p.12).

Mem de Sá não chegou a visitar sua posse, mas mandou erguer logo um engenho de açúcar denominado de Santana. Foi um engenho de grande porte, movido a energia hidráulica e utilizando extensa mão-de-obra escrava. Sua capacidade de produção chegava a 10 mil arrobas de açúcar anuais.

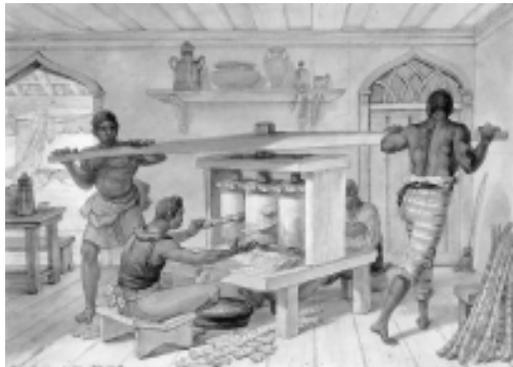
O Engenho de Santana foi o centro econômico da Capitania durante séculos, sendo considerado um modelo para os fazendeiros da região.

2

Por que um engenho em terras tão distantes?

O consumo do açúcar, antes uma rara especiaria do Oriente, se tornava cada vez mais popular na Europa.

Comerciantes portugueses, responsáveis pela popularização do consumo, impulsionavam as plantações de cana nas Ilhas da Madeira e São Tomé, então colônias na África.



Moenda rústica - Debret

O açúcar era produzido em engenhos de pequeno, médio e grande porte, que representavam o potencial de produção e investimentos necessários. Os pequenos, também chamados de engenhocas, eram movidos por força animal ou humana. Os grandes, denominados engenhos reais, eram movidos a energia hidráulica.

Engenhos de açúcar no Brasil e na Capitania de São Jorge dos Ilhéus

No Brasil, o açúcar foi o principal produto que impulsionou a colonização e definiu o modelo agrícola: a monocultura para exportação, cultivada em latifúndios e com utilização intensa de mão-de-obra escrava.

Na Bahia foram construídos vários engenhos de grande porte. Na Capitania de Ilhéus existiam oito engenhos em 1560-64, período que esta pertenceu ao sesmeiro e proprietário de engenho, Lucas Giraldes, (CAMPOS, p. 54 -55). A tabela ao lado comprova um período de boa fase do açúcar na Capitania e o declínio por volta de 1583 com registro de apenas 03 engenhos. Verifica-se uma tentativa de recuperação em 1612, mas com visível retração a partir de 1629. Em 1724, existia apenas o Engenho de Santana nas terras da Capitania de Ilhéus.

A instalação de um engenho no Brasil exigia um alto investimento, uma vez que era necessário trazer de fora todos os equipamentos. Devido ao alto custo de implantação, pequenos agricultores não tinham condições de construir seus

Número de Engenhos na Capitania de Ilhéus, 1570-1629

Ano	Nº engenhos
1570	08
1583	03
1612	05
1629	04
*1724	01

**Scharwtz, p. 86*

Fonte: Dados de MAURO, Frédéric, 1960 - citado por Scharwtz, 1988, p. 148.

próprios engenhos, geralmente atuando como fornecedores de cana aos grandes proprietários que se tornariam os poderosos Senhores de Engenho.

Representação de um engenho movido a energia hidráulica



História e Vida, Ática

- | | |
|--------------------------------|---------------------------------|
| 1. Casa-grande; | 6. Canavial (partidos de cana); |
| 2. Senzala; | 7. Curral; |
| 3. Casa de Engenho (moendas); | 8. Reserva florestal |
| 4. Capela; | 9. Roças de subsistência; |
| 5. Casas de empregados livres; | 10. Rio. |

O Engenho de Santana , segundo documentos históricos, se caracterizava como um engenho Real, ou seja, era movido a energia hidráulica, dotado de instalações de grandes dimensões e com grande quantidade de escravos.

A ilustração anterior permite visualizar o complexo de um engenho real semelhante ao Santana, que existiu na localidade registrada na foto abaixo.

Foto: EÍvis-UJESC



Vista panorâmica do local onde se localizava o complexo do Engenho de Santana

Ruínas do engenho

Ao lado: pedra mó, provavelmente da casa de farinha
abaixo, à esquerda: caldeirão de ferro;
à direita: vestígios do canal construído
para desviar as águas do rio.

Foto: EÍvis-UJESC



Foto: LAHIGE



Foto: EÍvis-UJESC



"O engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, da casa de engenho, da de moradia, senzala e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapé (de novecentas braças quadradas), além de pastos, cercas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais." (Vitor Viana - Formação Econômica do Brasil, citação em SIMONSEN, 1977, p. 98).



Engenho - Rugendas

3

Então, mãos-a-obra ! - e quem trabalha?

A implantação dos engenhos não era nada fácil, exigia muitos trabalhadores e materiais de cobre e ferro importados da Europa. Os colonos que aqui chegavam, diante de tanta terra povoada apenas pelos nativos, preferiam ter sua própria roça a trabalhar como empregados. Assim, todos esperavam se valer da mão-de-obra dos indígenas.

A extensão da capitania de São Jorge dos Ilhéus ocupava áreas de pelo menos dois povos: os Aimoré e os Tupiniquim, (ver mapa na página 79), sendo que os Tupiniquim, que já conheciam o ir e vir dos europeus desde o período da exploração do pau-brasil, logo perceberam que os recém-chegados tinham vindo para ficar, recebendo-os como invasores de suas terras.

Os colonos, dotados de superioridade técnica, instrumentos de trabalho e armas, sub-



Encontro com Europeus - Rugendas

jugaram os Tupiniquim que se tornaram a principal força da colonização: eles trabalharam nas lavouras de cana e engenhos, atuaram como fornecedores de alimentos e ainda elementos de defesa contra ataques de outras tribos nativas e de europeus interessados na exploração das riquezas do Brasil.

Como "pagamento", continuaram recebendo bugigangas e alguns instrumentos úteis ao trabalho, como machados, anzóis e até armas.

Relação colonos e nativos: dominação e resistência

Subjugados, os Tupiniquim tornaram-se aliados dos colonos portugueses nos primeiros tempos da colonização, levando a capitania e os engenhos a atingir um período de progresso e lucros. A exploração dos nativos se intensifica devido à necessidade crescente de mão-de-obra para acompanhar o crescimento dos empreendimentos portugueses. Os índios não compreendem a ganância dos colonos em produzir mais do que o necessário para viver e resistem cada vez mais, recusando os trabalhos forçados em troca de bugigangas, fugindo para o interior, destruindo plantações e amedrontando os colonos.

As expedições militares foram, então, uma das mais eficazes estratégias para garantir a submissão dos índios e a eliminação dos resistentes. Como exemplo desta atuação na capitania de Ilhéus, citamos o acontecimento a seguir.

No ano de 1559, os Tupiniquim se revoltaram, cercando a vila de Ilhéus e paralisando a produção dos engenhos. A causa da revolta foi o assassinato de um índio, ficando o assassino impune. Os índios, como vingança, se revoltaram e, segundo Silva Campos (1981, p. 42), chegaram a matar um ou dois brancos e atacar uma roça. O mesmo autor deduz que esses foram os únicos atos de vingança dos índios, porém os colonos e demais moradores entraram em pânico, abandonaram as plantações e se esconderam na vila de São Jorge, sede da capitania.

O próprio Mem de Sá, proprietário do Engenho de Santana e Governador Geral do Brasil comandou o exército que atacou os índios rebelados. Após a campanha, ele escreveu uma carta ao rei de Portugal, a qual transcrevemos para melhor compreensão do ocorrido.



GUERRILHAS, Rugendas

Ao receber um recado de que os gentios Tupiniquim da Capitania de Ilhéus haviam se rebelados, que **mataram muitos cristãos, destruíram e queimaram todos os engenhos do lugar**, sendo que os moradores estavam cercados na vila de São Jorge sem ter o que comer a não ser laranjas, o Governador convocou imediatamente o **conselho** para planejar o socorro aos colonos.

Reunindo um exército de portugueses e índios aliados, seguiram para atacar os Tupiniquim. Quando desembarcaram nas terras de Ilhéus já era noite. No caminho encontraram uma aldeia a distância de sete léguas da vila. A aldeia situava-se em um alto pequeno, todo cercado de água de lagoas que atravessaram com muita dificuldade. Antes de duas horas da manhã chegaram no local, destruindo e matando todos que quiseram resistir.

No caminho para Ilhéus foram queimando e destruindo todas as aldeias. Os sobreviventes se juntaram e seguiram o exército. Mem de Sá fez então uma cilada, cercando os índios, que foram obrigados a buscar fuga nadando no mar. O comandante mandou então os índios aliados nadar atrás deles mar a dentro cerca de duas léguas ou 13 Km. Lá no mar pelearam de maneira que nenhum Tupiniquim ficou vivo. Trouxeram todos os corpos para terra, colocando-os ao longo da praia, formando uma fileira de quase meia légua ... Essa batalha foi denominada como a Batalha dos Nadadores.

Narração com base na carta de Mem de Sá ao rei, cuja transcrição original consta na página 80.

Depois desta batalha, acontecida na praia que tem o nome de Cururupe, os índios sobreviventes se renderam, sendo condenados a pagar os prejuízos. Essa medida representou a legitimação da escravidão.

A capitania, por outro lado, passa por um período de prosperidade, atingindo boa produção de açúcar, o que leva a deduzir, segundo Silva Campos (1981, p. 51), que a alegada destruição dos engenhos não fôra tão arrasadora como reclamaram os proprietários.

Também como estratégia de "pacificação", ou seja, tornar os índios dóceis, submissos e úteis ao modelo de civilização europeu, a coroa portuguesa escolheu os padres da Companhia de Jesus para catequizar os índios brasileiros e formar aldeamentos. Os primeiros jesuítas chegaram com o Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, em 1549. Visitavam as propriedades dos senhores de engenho, onde pregavam, batizavam e faziam casamentos.

Para formar os aldeamentos, os jesuítas recebiam terras e ajuda financeira. Muitos índios simulavam aceitar a condição de convertidos e para escapar do aprisionamento refugiavam-se nos aldeamentos, onde passavam a conviver com outros nativos, independente da etnia a que pertenciam. Assim, tinham aos poucos sua cultura e hábitos naturais descaracterizados, devido à imposição de novos valores e costumes, de acordo com o modelo europeu de civilização. Os índios eram ensinados a comer com talheres, vestir roupas, cantar, rezar, e, o mais importante, a trabalhar seguindo a disciplina imposta pelo ritmo da produção comercial.



Aldeia de Tapiuas -Rugendas - Bib. Nacional de S. Paulo

Esta ilustração de Rugendas, 1835, mesmo representando outro tempo e espaço, apresenta detalhes que indicam um processo de descaracterização cultural dos índios. Veja as casas ao fundo, os instrumentos de trabalho e algumas pessoas já trajando roupas, o que contrasta com a naturalidade da nudez dos demais nativos.

A postura do padre é de professor que está ensinando, talvez como construir uma casa. Observem a presença de negros, pois neste período os jesuítas também utilizavam escravos africanos para o trabalho nas suas possessões.

Cultivavam também lavoura de subsistência, fornecendo alimentos como farinha, frutos e cereais aos colonos e jesuítas; trabalhavam ainda nos engenhos e na confecção de artesanato.

Assim, os aldeamentos se constituíram numa estratégia eficaz de dominação dos índios.

Manuel da Nóbrega visitou algumas vezes a capitania, mas os primeiros aldeamentos dos jesuítas foram iniciados nas terras de Camamu e Taperoá, por volta de 1560-62 (CAMPOS, 1981, p. 53). O próprio Mem de Sá doou parte de uma sesmaria que lhe pertencia, localizada nas terras de Camamu. Neste local, os jesuítas mandaram levantar uma igreja, um colégio, casas dominicais e aí fixaram residência.

Vale ressaltar que os jesuítas não dispensavam o uso das armas e que concordavam com as expedições militares para combater a resistência. Em relação à campanha militar contra os Tupiniquim, o próprio Manuel da Nóbrega, em carta ao cardeal Infante Dom Henrique, relata a investida de Mem de Sá, alegando que "essas almas", os índios mortos, podem entrar no reino dos céus, e que o castigo demorou, mas foi enviado por Deus.

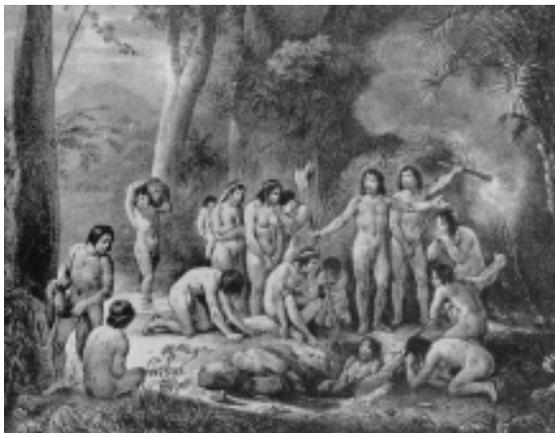


Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobaçu (frag) - Benedito Calixto

Outro padre, Francisco Pires, também referindo-se à campanha, conta, satisfeito, que do exército do governo, nenhum branco correu perigo e apenas dois dos índios alistados, morreram (Silva Campos, 1981, p. 43-44).

O governo português, em 1570, por influência dos jesuítas, proibiu a escravização de índios aldeados e liberou a compra de escravos africanos. Essas medidas não impediram os colonos de intensificar o aprisionamento dos índios, através das bandeiras e do incentivo de guerras inter-tribais.

Os povos indígenas também foram vítimas de várias epidemias, como sarampo, varíola, gripe. As viroses atingiram mortalmente a população nativa, uma vez que seu organismo não tinha defesa natural e seus hábitos haviam sido modificados para uma vida sedentária e de alimentação escassa.



ENTERRO - Rugendas

Um surto de varíola, em 1562-63, quase dizimou a população Tupiniquim . Os sobreviventes fugiam para o interior da floresta, espalhando a epidemia e reduzindo ainda mais a mão-de-obra para os colonos (CAMPOS, 1981, p. 58-64).

A escassez de mão-de-obra aumenta a partir deste período, provocando aumento dos aprisionamentos de escravos entre o povo Aimoré. Estes reagem e eclodem várias revoltas com prejuízos das plantações e engenhos, inclusive o de Santana.

Para proteger os engenhos, foram deslocados enormes contingentes de índios Tapuia e Potiguar, sendo que muitos ficaram no aldeamento do conde de Linhares, então proprietário do Engenho de Santana, como atestam os documentos a seguir (SCHWARTZ, 1988, p. 53).

A presença indígena no Engenho de Santana

O Engenho de Santana, assim como os demais engenhos do período colonial, utilizou mão-de-obra indígena. O autor Stuart Schwartz (1988, p. 59) em seu livro **Segredos Internos** apresenta os seguintes dados:

*(...) em 1572, registra-se número de 109 índios escravos, sendo 65 homens e 44 mulheres (...)
Em 1599, um grupo de Tapuia impelidos pela fome apareceu no Engenho Santana, em Ilhéus, e foi usado como mão-de-obra. (...)*



Índio Camacã - Mogoio - Debret



Índia Camacã - Debret

Em 1603, novamente havendo escassez de braços, um grupo de dezoito índios foi trazido do sertão, foi também nessa época que os Potiguar de Pernambuco foram levados para Ilhéus. (SCHWARTZ, 1998, p.59)

Fugas e levantes de índios do Engenho de Santana



Índio Botocudo - Debret

O engenho de Santana, em 1580, estava alugado para Jorge Francisco Tomas. Neste período, os índios aldeados fizeram um levante e fugiram, sendo encontrados posteriormente nas terras do Taípe, pertencentes a um certo senhor, chamado de Anrique Llois. Esse fato é conhecido pelo registro, em Cartório público, da ordem judicial para que este senhor devolvesse ao dono do Engenho de Santana, Dom Fernando de Noronha (Conde de Linhares), dezoito casais de índios que lá se encontravam.

*(...) Lourenço da Veiua diz ser serto mais que Vossa Senhoria (...)
mandou que lhes fosse entregues trynta quasais de topim ambos forros (...)
ao engenho de Santa Ana que é de Dom Fernando de Noronha (...)
que estão em Taipe em poder de*

Anrique Llois (...) como lhe foram dados por repartição do povo por ver coanta necessidade o engenho do dito Dom Fernando tinha delles por ser fronteiro e ter continoa guerra com os aimores (...)

(Documento do Arquivo da Torre do Tombo - Cartório dos jesuítas - Maço 16, nº 24: Provisão para tornarem para a Fazenda dos Ilhéos certos índios que della se haviam ausentado - 1579, 1582. (fl. 2v: CEDOC - UESC).

Outro levante e fuga no engenho foram registrados em processo judicial para comprovação do fato ocorrido, através de depoimentos do administrador e de outras testemunhas. Para facilitar a leitura, o fragmento do documento foi reescrito em linguagem atual, acrescentando-se pontuação inexistente no documento original:

Diz Domingos Fernandes, administrador do Engenho de Santana, que é do senhor conde de Linhares, que a 21-Out.-1602, se levantaram os gentis forros com mais alguns moradores que estavam assentados em um lugar que se chama "Mariape" '(Maria Jape?)'. Os gentios foram trazidos do sertão pelos Reverendos Padres da Companhia de Jesus, para guardar as fronteiras do engenho. Num domingo, quinze ou dezesseis índios foram ao dito engenho, dizendo que iam ver os parentes como faziam outras vezes. Logo se levantaram com os índios escravos da fazenda e se prepararam para fugir

para o sertão. Vendo que os escravos queriam fugir, seu sobrinho e seu filho foram tentar impedir que outras pessoas fugissem. Os índios atiraram muitas flechas, sendo necessário que os escravos da guiné com suas mulheres e filhos se escondessem no baluarte. Do baluarte poderiam até matar alguns com as espingardas, mas não fizeram pois certamente os índios queimariam a fazenda. Assim, foram-se da fazenda mais ou menos trezentas almas (...)."

(Documento do Arquivo da Torre do Tombo - Cartório dos jesuítas - Maço 16, nº 4: Instrumento com o tratado de uma petição de testemunhas para se provar um levantamento do gentio no engenho de Santa Anna dos Ilhéos, 18 de novembro de 1603. Pfl . 2v, 3v: CEDOC - UESC).

Os dados descritos também ilustram a estratégia de dominação portuguesa sobre os índios e o processo de descaracterização de sua cultura através da formação dos aldeamentos. A partir de 1580, alguns proprietários influentes na corte, a exemplo do conde de Linhares, então proprietário do Engenho de Santana, receberam autorização régia para implantar aldeias nas proximidades de seus engenhos.

A condição dos índios aldeados pouco se diferenciava da escravidão, uma vez que eram submetidos à autoridade do proprietário português. Os índios, mesmo sendo forros (não escravos) não tinham liberdade de viver onde escolhessem,

por isso, fugiam em busca da liberdade como se comprova no documento aqui transcrito.

Os jesuítas enviavam aos novos aldeamentos autorizados pelo governo os índios já aldeados e catequizados em outras regiões, como o caso dos Potiguar que viviam originalmente no litoral de Pernambuco. Isso significa a descaracterização das etnias e da cultura de cada povo, importante estratégia para a dominação dos nativos, utilizada pelos colonizadores do Brasil.

Os índios aldeados eram utilizados para os serviços especiais, como consertos nas construções da propriedade, no cultivo de roças de subsistência, na defesa e captura de outros índios. Essa prática permitia aos senhores concentrar a mão-de-obra escrava na produção direta do açúcar, de onde esperavam obter os lucros do investimento.



Pescaria em Ilhéus - Rugendas

4

O Engenho de Santana: Propriedade dos jesuítas

De 1618 a 1759, o Engenho de Santana passou a funcionar sob os cuidados dos padres de Ilhéus e de Lisboa, que empreenderam melhorias, adquiriram escravos africanos e recuperaram o antigo prestígio que o engenho tinha na região.

Foram construídas beneficiadoras de algodão, de cacau e arroz; uma olaria, uma serraria e uma casa dominical;



Carro de Boi - óleo de Frans Post

Essa ilustração de Frans Post permite imaginar como era o Engenho de Santana, a importância do rio, a utilização do carro de boi para transportar as canas e até o desmatamento da floresta para dar lugar aos canaviais. Escravos, com pouca roupa e descalços, faziam parte da paisagem.

também concluíram a construção da igreja. Os jesuítas ainda aumentaram as possessões de terras e implementaram novas plantações de cana e outros cultivos, como algodão e mandioca. Essas instalações, assim como o engenho, eram movidas a energia hidráulica (MONTEIRO, 1999, p. 18).

As construções de igrejas geralmente são marcadas por lendas, que permanecem no imaginário das gerações atuais. A Igreja de Santana é um exemplo típico deste fenômeno. Conta a lenda que a Santa, insistentemente aparecia em uma pedra, dentro do rio Santana. Para os moradores, isso indicava que ela, a Santa, queria ficar próximo ao rio. Como os construtores da igreja haviam escolhi-



Imagem da Senhora Santana

Foto: LAHIGE

Foto: LAHIGE



A Igreja de Santana, cuja data de construção ainda é desconhecida, fazia parte do complexo do engenho e ainda permanece em bom estado de conservação. É tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia. Consta que os jesuítas concluíram a construção em 1733 (MONTEIRO, 1999 - p. 18).

do um local no alto do morro, as aparições continuavam.

Os moradores contam que as aparições cessaram depois da construção da igreja próximo ao rio.

Segundo eles, ainda é possível ver na pedra, as marcas dos pés da Santa.

5

O trabalho escravo do negro africano

O Engenho de Santana já registrava 130 escravos no inventário (1573), feito após a morte de Mem de Sá e declarados como bens de sua filha (SCHWARTZ, 1988, p. 395). Embora a composição dos escravos não seja exclusivamente de negros africanos, a presença destes já era realidade como foi possível observar a partir dos documentos sobre o levante dos índios.

Na Europa, o consumo do açúcar se tornava cada vez mais popular. O lucro dos comerciantes justificava qualquer



O corte de cana - História e Vida ,
Ática.

meio de produzir mercadoria tão doce e valiosa. Os comerciantes, porém, encontraram uma nova forma de aumentar ainda mais os lucros: o tráfico de escravos africanos.

O tráfico de escravos se intensifica, inclusive, com o incentivo da Coroa Portuguesa, que encontra nesta atividade

um meio de aumentar sua arrecadação através das taxas e impostos cobrados. O lucro dos comerciantes era garantido pela obtenção, a baixíssimo custo na Costa Africana, dos negros aprisionados, e, com a venda dos mesmos para os senhores de engenho da colônia.



Mercado de escravos em Salvador - Rugendas

A ilustração acima demonstra a chegada de uma "carga de escravos" e a intensa movimentação de homens brancos, comerciantes e funcionários da coroa que registravam cada "peça" para a cobrança de taxas e impostos. Após esse registro, os escravos eram levados para a venda.

O trabalho na produção do açúcar

"No Engenho Santana , os cativos levantavam-se por volta de cinco horas da manhã e faziam as orações matinais antes de seguirem para o campo." (SCHWARTZ, 1988, p. 128).

Historiadores do século XVI, a exemplo de Antonil, descreviam um engenho como "uma verdadeira fábrica de açúcar". O processo de produção era dividido em várias etapas e o trabalho era intenso.

O trato dos canaviais ocupava a maioria dos escravos, homens e mulheres, às vezes durante o dia e à noite. Era preciso preparar a terra para o plantio das canas, derrubar as matas, queimar e limpar o terreno.

Na safra, os escravos trabalhavam no corte e carregamento das canas. Uma dupla tinha a tarefa de cortar o equivalente a 4.200 canas ou 350 feixes.

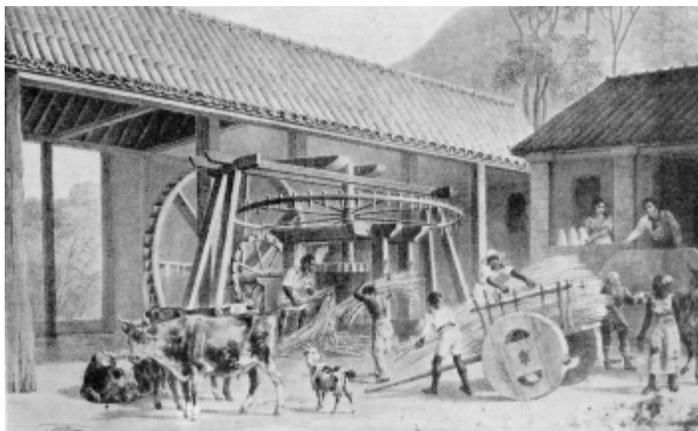


Derrubada - Rugendas

Dentro dos engenhos, havia o trabalho nas moendas, onde se introduziam as canas para retirar o caldo. Ocorriam freqüentes acidentes, como o da escrava Marcelina, do Engenho de Santana, que perdeu um braço durante esse trabalho repetitivo e estafante (SCHWARTZ, 1988, p. 131).

Havia ainda os trabalhos de limpeza, e outras funções como: recolher o bagaço e jogar fora, iluminar o local, ajudar nas caldeiras, retirar a espuma do caldo fervente, etc...

A ilustração abaixo é a representação da moenda de um engenho real, movido a energia hidráulica. A roda d'água, ao fundo, girava impulsionada pela água que corria por um canal construído para aumentar a força da correnteza. A roda movimentava assim as demais engrenagens até a moenda. Esse ritmo contínuo exigia muitos trabalhadores para transportar canas e colocar próximo à moenda.



Engenho - gravura de Rugendas - reprodução

Atualmente, com o desenvolvimento dos motores a combustão, a moagem da cana pode ser feita até nos pequenos carrinhos que vendem o caldo na rua. O açúcar agora é produzido, em escala industrial, nas grandes usinas do sudeste e nordeste brasileiro. O trabalho é feito por assalariados, que ainda lutam contra os baixos salários e por melhores condições de trabalho nas usinas e nos canaviais.



Acondicionando o açúcar na casa de purgar -
História e Vida, Ática

Algumas escravas assumiam o trabalho da casa de purgar, onde o melado, depois de cozido nas caldeiras, era armazenado dentro de vasos de barro para branquear. Os vasos tinham a forma de sino, com um furo na extremidade por onde escorria a água. Na casa de purgar, o açúcar ficava em repouso durante um mês recebendo alguns cuidados.

Depois de retirado dos vasos, o açúcar empedrado era quebrado e separado segundo a qualidade: a parte superior formava uma massa branca e fina, de maior valor comercial, e as outras partes, na medida em que concentravam mais impurezas, tornavam-se mais escuras, portanto, de qualidade inferior.

O açúcar, depois de quebrado e separado, era exposto ao sol para secar, sendo então pesado e embalado em caixotes de madeira, preparados para o transporte.



O trabalho nas caldeiras - História e Vida, Ática

O trabalho nas caldeiras era o mais especializado: ocupava 04 homens nas caldeiras e 04 nas tachas, mais o mestre-de-açúcar e seu auxiliar.

O trabalho mais duro era nas fornalhas, o verdadeiro inferno dos engenhos. Para as fornalhas eram

designados os escravos rebeldes e os portadores de infecção, na crença de que o calor os penitenciasse ou os curasse. Porém, o resultado sempre favorecia o funcionamento do engenho e nunca o escravo. Em 1626, o feitor do Engenho de Santana, depois de capturar um escravo fugitivo, designou-o para o trabalho na fornalha como punição. O escravo suicidou-se, atirando-se às chamas (SCHWARTZ, 1988, p. 131).

Transportando o açúcar

Geralmente, os grandes engenhos, como o Santana, para facilitar o transporte, localizavam-se às margens de rios. Assim, barcos menores transportavam o carregamento de açúcar pelo rio Santana, até o porto de Ilhéus, de onde o açúcar seguia em escunas para Salvador onde era comercializado.



Óleo de Sunqua (frag.)

A ilustração exemplifica a variedade das embarcações. Os barcos menores eram movidos a remo e pequenas velas;

os barcos maiores ou escunas, utilizados para navegação em rotas marítimas, eram movidos apenas a vela.



Barco à vapor, fragmento do óleo de Luís Carlos Peixoto - Revolta de 6 de setembro de 1893.

A navegação a vapor na Bahia só teve início em 1819, quando foi inaugurada a primeira linha entre Salvador e Cachoeira. A empresa de navegação pertencia a Felisberto Caldeira Brant, o Visconde de Barbacena, que nesta época também era proprietário do Engenho de Santana (MONTEIRO, 1999, p. 20).

6

Vida e morte nas senzalas do Engenho de Santana: O cotidiano dos escravos no tempo dos jesuítas

Os dados e informações deste capítulo constam da obra *Segredos Internos*, do historiador Stuart Schwartz. Em sua obra, o autor analisa o Engenho de Santana como um engenho atípico, ou seja, diferente da maioria dos engenhos de açúcar do Brasil colonial. Acrescenta como possível justificativa, a localização do Engenho de Santana distante do Recôncavo Baiano, onde se concentrava a maioria da população escrava, e ao fato de ser administrado durante longo tempo pelos padres jesuítas. Essa situação "atípica" permitiu aos escravos maiores possibilidades de resistência, forçando a negociação com os proprietários e chegando a conquistar algumas condições favoráveis, mesmo dentro do regime da escravidão. A seguir, apresentaremos algumas situações que o autor trabalhou na obra citada.

A senzala

O padre Teixeira, administrador do Engenho de Santana, em 1730 escreveu uma carta aos seus superiores, fazendo uma série de reclamações e denúncias acerca do comportamento e do tratamento dispensados aos escravos. Ele denunciou que as casas da senzala situavam-se em um morro íngreme, dispostas em três fileiras ou ruas, e não eram visíveis da residência do administrador, situação que deixava os cativos com demasiada liberdade, na opinião dele. Ele também reclama que, ao invés das portas serem trancadas a chave como nos demais engenhos, ali as portas eram abertas, sendo frequentes as fugas dos escravos jovens para namorar durante a noite. Quando ele descobria as fugas, mandava açoitar os envolvidos (SCHARWITZ, 1988, p. 329).



Victor Frond (frag)

Escravo: trabalho a qualquer custo

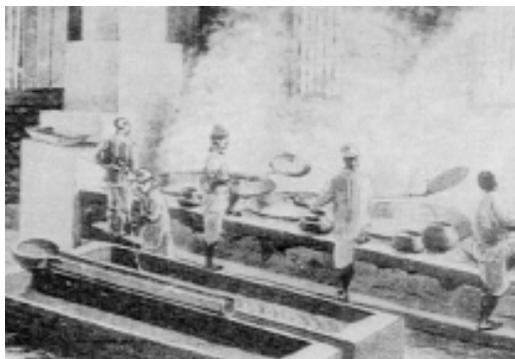
Os castigos físicos eram a forma mais comum para manter o escravo submisso e obediente. Essa prática era também utilizada pelos padres jesuítas. Nos canaviais, a labuta sempre era acompanhada por um feitor e sua chibata, como relata um jesuíta do Engenho de Santana. Ele alegava que apenas palavras não bastavam, que era necessário andar pelo canavial *com o diabo na boca e o pau nas costas dos pobres* (Citado por SCHARWITZ, 1988, p. 130).



Castigos domésticos - Rugendas

Apesar da chibata nunca ter sido dispensada, os senhores de escravos, quando lhes era conveniente, utilizavam outras estratégias para manterem os escravos trabalhando. Mui-

tos autores coloniais escreveram sobre a importância de tratar bem os escravos, principalmente aqueles que realizavam serviços mais especializados. Um melhor tratamento era uma boa maneira para conseguir certa "colaboração" no trabalho, evitando muitas vezes um prejuízo maior, como a perda da produção ou qualidade do açúcar, além de evitar fugas e revoltas. Os jesuítas do Engenho de Santana também utilizavam essas artimanhas: em 1743, o administrador do engenho, padre Pedro Teixeira, escreveu uma carta aos padres do Colégio de Santo Antônio de Lisboa agradecendo as medalhas religiosas que foram enviadas aos escravos como presente. Ele ressaltou que os escravos ficaram muito satisfeitos e "trabalharam com mais disposição" (Scharwtz, 1988, p. 140) .



O trabalho dentro do engenho - Brasil 500 anos - Ed. Abril

A localização do Engenho de Santana também dificultava a contratação de mão-de-obra branca e livre para os trabalhos que exigiam especialização, como: mestre-de-açúcar, feitores, carpinteiros. Esses cargos, no Engenho de Santana, eram frequentemente

ocupados por escravos da casa, que, logicamente, não impunham o mesmo rigor exigido pelos "oficiais" brancos, como se percebe em uma carta de desabafo de um administrador desse engenho em 1750:

- *os escravos trabalham pouco, menos de cinco horas* - escreveu ele.

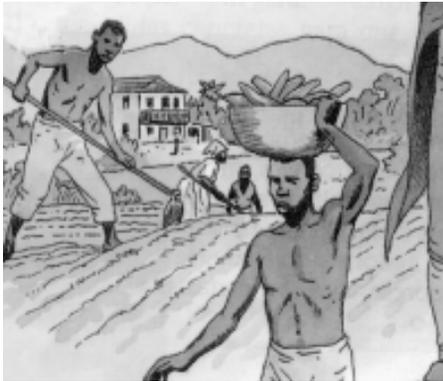
- *Quando reclamo, eles vem com respostas; eu digo que os brancos trabalham mais que os negros e eles respondem - os brancos ganham dinheiro, nós nada.*

O feitor se lamentava, considerando-se um grande pecador para estar neste engenho, onde chegava a ouvir respostas "malcriadas" dos escravos (SCHARWTZ, 1988, p. 141-142).

Essa situação certamente não era muito comum, mesmo no Engenho de Santana, como sugere o registro da rotina dos escravos neste engenho: *os cativos levantavam-se cerca de cinco horas da manhã e faziam as orações matinais antes de seguirem para o campo. Tinham um pequeno café mais ou menos às nove, três ou quatro horas depois almoçavam ali mesmo no campo, e continuavam trabalhando até o anoitecer* (SCHARWTZ, 1988, p. 128).

Permissão para cultivar suas próprias plantações: incentivo ou estratégia dos senhores de engenho

Durante os três séculos em que vigorou a escravidão no Brasil, os senhores de escravos foram desenvolvendo novas estratégias para manter os cativos nas propriedades, como a permissão para cultivar suas próprias roças. Alguns discutiam a liberação de um dia de trabalho do canavial para que o



O trabalho na roça - História e Vida, Ática

escravo plantasse os próprios alimentos. Mas essa questão não era a regra geral entre os senhores de escravos, sendo que muitos consideravam "perigoso", pois implicava em ceder a posse de ferramentas e maior liberdade ao escravo. Outros proprietários analisavam as vantagens, principalmente em relação ao repasse

dos custos da alimentação ao próprio escravo, além da possibilidade de manipulação dessa permissão para obter maior submissão dos escravos.

No Engenho de Santana os escravos tinham permissão para cultivar suas próprias roças, o que significava alguma possibilidade de melhoria de vida, mesmo às custas de trabalho redobrado. Durante a administração dos jesuítas, os escravos trabalhavam de segunda a sábado, e segundo a tradição religiosa, guardavam apenas os domingos e dias santos. Como não foram encontradas, ainda, evidências de que os jesuítas liberavam dias normais de trabalho no engenho, os escravos deviam ocupar os períodos de descanso para cuidar das próprias plantações.

Os escravos do Engenho de Santana podiam vender seus produtos, inclusive ao próprio engenho, que comprava por um terço do valor (SCHARWITZ, 1988, p. 141).

Quando, em 1789, os escravos do Engenho de Santana fizeram uma rebelião e escreveram uma carta para negociar a volta ao trabalho, (ver p. 44-47), várias reivindicações estavam relacionadas à permissão de ter suas próprias plantações, tais como:

- reivindicavam os dias de sexta e sábado para o trabalho próprio, o que demonstra que o proprietário, Manuel Silva Ferreira, não liberava nenhum dia para essa finalidade.
- reivindicavam também poder plantar em terras apropriadas: "Podemos plantar nosso arroz onde quisermos, em qualquer brejo (...)", já que o acesso à terra para fazer roças era dificultado, pois os canaviais ocupavam a maioria das terras agricultáveis.
- e "uma barca grande" para que pudessem transportar também os seus produtos até a Bahia (Salvador), sem pagar frete.



Mercado na baía dos mineiros - Rugendas

Vestuário e alimentação

O vestuário dos escravos variava conforme a função que ocupavam e o local em que trabalhavam, conforme se pode observar através dos desenhos e pinturas que muito representam o cotidiano da época colonial.



H. Alken e Henry Chamberlain - Largo da Glória - Museu Castro Maia, RJ.

Os proprietários de escravos é que deveriam fornecer o vestuário para seus escravos. No Engenho de Santana, os jesuítas costumavam distribuir na Páscoa. Cada escravo recebia uma medida de tecido grosseiro de fio cru e as mulheres um tecido de algodão rústico para fazerem saias (SCHARWITZ, 1988, p. 125). Em muitos engenhos a distribuição chegava a acontecer de dois em dois anos.

No período da rebelião dos escravos no Engenho de Santana (1789), o vestuário foi objeto de reivindicação: *Os*

martineiros que andam a lancha (...) hão de ter gibão de baeta, e todo vestuário necessário (p. 46). É fácil deduzir que o então proprietário, Manuel Ferreira, não fornecia roupas adequadas e suficientes para que o escravo exercesse a sua função, uma vez que determinadas tarefas exigem a reposição de roupas mais rapidamente.

Durante a administração dos jesuítas, a alimentação básica dos escravos no Engenho de Santana consistia de farinha e carne seca, mas devido à dureza do trabalho, os escravos passavam muita fome e a comida nunca era suficiente para repor



Escravo e escrava cozinhando - (frag.) - Rugendas

as energias gastas. Um padre observou escandalizado que os escravos viviam comendo o que encontravam: ratos do canavial, peixes, galinhas, bananas, etc.

Por volta de 1730, o arroz passou a ser cultivado, completando a alimentação, assim como a carne de baleia, cuja caça na Bahia era intensa neste período. (SCHARWITZ, 1988, p. 126).

Quando doentes, os escravos deveriam receber melhor alimentação, como carne de galinha e remédios para garantir a recuperação rápida e o retorno ao trabalho.

Vida familiar

A vida familiar dos escravos era uma discussão polêmica entre os proprietários. O mais comum era a opinião de que o escravo não deveria ter família para não interferir no trabalho. Outros consideravam a vida familiar uma boa maneira de aumentar o número de escravos através dos nascimentos, chegando inclusive a determinar casamentos independente da vontade dos escravos envolvidos. Já alguns proprietários "calculavam" que era mais barato comprar escravos jovens do que criar as crianças até a idade de se tornarem lucrativas.

Enfim, a possibilidade de manipulação da vida familiar dos escravos acabava se tornando mais uma maneira de manter os escravos na propriedade, dificultando as fugas, e sendo utilizada como forma de punição ou ameaça, uma vez que os senhores podiam vender os membros da família sem nenhuma restrição.



Habitação dos negros - Rugendas

Entre os jesuítas também havia divergências de opiniões, como se comprova pelas disputas entre administradores do Engenho de Santana. O padre Pedro Teixeira, que administrou o engenho em 1730, denunciou o seu antecessor, o padre Figueredo, que por não concordar com o casamento entre os escravos, realizou apenas 34 casamentos entre os 178 escravos no período de 27 anos que administrou o engenho (SCHARWTZ, 1988, p. 292).

Trabalho exaustivo, saúde debilitada

Em 1753, um administrador do Engenho de Santana queixou-se da compra de escravos de outras fazendas, que geralmente chegavam doentes. Os escravos ficavam constantemente doentes, devido ao trabalho exaustivo e às más condições de vida no cativeiro. Fatores psicológicos decorrentes da condição de cativo, como a falta de liberdade, privações do relacionamento familiar, saudade de sua terra de origem, etc, certamente contribuíam para aumentar o índice de doenças e mortalidade.



As condições no interior dos engenhos e casas de farinhas eram úmidas e insalubres, favorecendo a proliferação das doenças. (Brasil 500 anos, Vol. 7, p. 402)

Os proprietários consideravam tais doenças como um artifício que o escravo utilizava para fugir do trabalho. Um administrador do Engenho de Santana , alegava que a "paciência de Jó" não era suficiente para tratar escravos que sempre andavam "ou fingiam" estar doentes. Além do mais, também contabilizavam os prejuízos, uma vez que eram necessários cuidados para a rápida recuperação (SCHARWTZ, 1988, p. 328-329).

As mulheres, depois do parto ou quando estavam menstruadas, segundo um administrador do Engenho de Santana , "aproveitavam" para escapar das duras tarefas diárias e das obrigações religiosas, alegando que "o cheiro dos mortos na Igreja", prejudicava a saúde neste período (SCHARWTZ, 1988, p. 329).

Nascimento e morte



Enterro - Rugendas

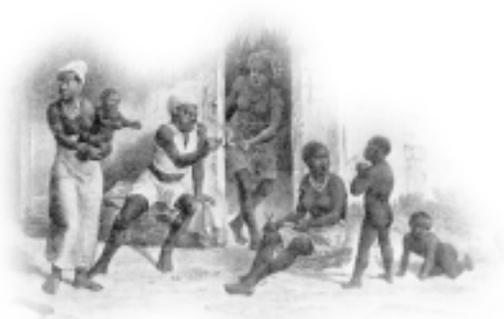
Normalmente a composição da população escrava do engenho não favorecia o aumento do número de nascimentos. Existiam poucas crianças e o número de mulheres era inferior ao de homens. Essa era também a composição no Engenho de Santana , que contava ainda com um número de incapacitados e velhos.

O índice de mortalidade infantil e adulto era alto (SCHARWTZ, 1988, p. 322). A mortalidade era alta entre crianças até cinco anos, provocadas pelo tétano, desnutrição, insalubridade e falta de cuidados, uma vez que as mães trabalhavam em tempo integral, impossibilitando a amamentação e o tratamento dos filhos.

As mães também sofriam de subnutrição e cansaço físico, o que provocava abortos e baixa fertilidade.

Quando ocorria uma morte na senzala, os escravos pediam aos administradores pano para fazer a mortalha e enterrar o morto.

Quando nascia um bebê no Engenho de Santana, o parto era feito pelas parteiras que ajudavam a mãe, benziam e rezavam para a Santa protetora. As parteiras cortavam o cordão umbilical da criança e o untavam, usando como remédio óleo e pimenta. Essa prática acabava sendo prejudicial, pois favorecia a infecção do mal-de-sete-dias ou tétano, geralmente provocando a morte (SCHARWTZ, 1988, p. 329).



O pai pedia insistentemente, aos feitores, frango, vinho, cebola e outros alimentos para o resguardo do bebê. Se o feitor recusasse, os escravos ameaçavam fugir para o mato

(SCHARWITZ, 1988, p. 329). Mas nem sempre o nascimento era bem vindo, sendo inúmeros os casos de abortos provocados pelas mães, na intenção de impedir nascimentos de filhos escravos.



Essa pintura de Debret, de 1830, intitulada "Uma senhora brasileira em seu lar", retrata o comportamento das mulheres brancas que tinham uma educação voltada para o lar. Os escravos domésticos, embora com uma situação menos rude que os escravos do campo, viviam sob a ameaça dos castigos físicos, como revela a presença do chicote na cesta. As crianças escravas serviam de diversão até que se tornassem lucrativas.

Debret, Jean Baptiste. Viagens Pitorescas. Tomo I - Vol. I e II - p. 135

7

Novos proprietários do Engenho de Santana e a rebelião dos escravos



Desenho de Seth, quilombolas mantêm vigilância para não serem atacados de surpresa.

Fonte: Piletti, Nelson e Claudino. História e vida - Brasil: da pré-história à independência. Vol. 1 - p. 73.

Em 1759, o governo português expulsa os padres jesuítas e confisca todos os seus bens. Os jesuítas de Ilhéus, que haviam se instalado na capitania desde o início da colonização, foram expulsos e deportados, tendo seus bens, inclusive o Engenho de Santana, confiscados pelo governo.

O engenho é posteriormente arrematado em leilão público pelo Provedor da Casa da Moeda da Bahia, Manuel da Silva Ferreira, que não consegue fundos suficientes para efetuar o pagamento integral, permanecendo em dívida com o governo. Durante sua administração, ocorreu uma histórica luta de escravos no Brasil registrada a seguir:

Em 1789, os escravos do Engenho de Santana se rebelaram, sob a liderança de um "cabra" chamado Gregório Luís. Mataram o feitor e ocuparam o engenho, paralisando a produção por dois anos (SCHWARTZ, 1988. p. 142).

Atendendo à solicitação do proprietário, o governo enviou expedição militar para debelar a revolta. Quando foram atacados, escreveram um tratado de paz, objetivando negociar as condições para voltar ao trabalho. Manuel Silva Ferreira fingiu aceitar as condições e alforriar o líder, porém quando os rebeldes retornaram, os líderes foram vendidos no Maranhão e Gregório Luís foi para a prisão.

Carta escrita pelos escravos do Engenho de Santana

Meu senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor quiser paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber:

Em cada semana nos há de dar os dia de sexta-feira e de Sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa de dia santo.

Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas.

*Não nos há de obrigar a fazer **camboas**, nem a **mariscar**, e quando quiser fazer camboas e mariscar mandes os seus pretos Minas.*

*Para o seu sustento tenha lancha de pescaria ou canoas do alto, e quando quiser comer mariscos mandes os seus **pretos Minas**.*

*Faça uma barca grande para quando for para a **Bahia** nós metermos as nossas cargas para não pagarmos frete.*

*Na planta da mandioca, os homens queremos que só tenham **tarefa de duas mãos e meia** e as mulheres de duas mãos.*



Victor Frond (frag)



Negros serradores de tábuas -
Debret

A farinha há de ser de cinco alqueires rasos, pondo arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes.

A madeira que serrar com serra de mão, embaixo hão de serrar três, e um em cima.

A medida de lenha há de ser como aqui se praticava, para cada medida um cortador, e uma mulher para carregadeira.

A tarefa de cana há de ser de cinco mãos, e não de seis, e a dez canas em cada freixe.

No barco há de por quatro varas, e um para o leme, e um no leme puxa muito por nós.

Os martineiros que andam na lancha além de camisa de baeta que se lhe dá, hão de ter gibão de baeta, e todo o vestuário necessário.

Os atuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.

*Nas moendas há de por quatro moedeiras, e duas **guindas** e uma **carcanha**.*

*Em cada caldeira há de haver botador de fogo, e em cada **terno de faixas** o mesmo, e no dia de Sábado há de haver remedialmente **peija** no Engenho.*

O canavial do Jabirú o iremos aproveitar por esta vez, e depois há de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas por entre mangues.

Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso.

A estar por todos os artigos acima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos.

Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença.

(Transcrição do texto original in: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*, 1989).



Lundu - Rugendas

O Significado histórico da carta



Batuque - Rugendas

A carta de reivindicação aqui reproduzida, escrita pelos próprios escravos, se constitui num importante e raro documento histórico. Cabe ressaltar que, conforme citação de Eduardo Silva (REIS, 1989, p. 15-17), de cada mil escravos, em 1872, apenas um sabia ler e escrever. Esta carta nos revela o escravo como um agente his-

tórico ativo, que buscava melhorar sua vida e as condições de trabalho, mesmo dentro do regime de escravidão.

Especialmente no conflito e ocupação do Engenho de Santana, eles reivindicaram melhores condições de vida: "direito de folgar, dançar e cantar"; também formularam reivindicações trabalhistas, como: limitação da quantidade de canas por feixe, aumento do número de trabalhadores para o desenvolvimento de determinadas tarefas, a posse dos instrumentos de trabalho, maior tempo disponível para suas atividades pessoais, limitação da jornada de trabalho, etc.

Também permite observar as diferenças existentes entre os escravos. Não se pode generalizar a idéia de que a escravidão tornou todos os escravos iguais. Eles mantinham sua cultura original, a língua, os costumes, etc, elementos

que já tornam evidentes as grandes diferenças entre eles. A condição de cativo também obrigava os escravos a buscar a conquista de certas condições mínimas de vida, ocorrendo disputas entre os próprios escravos. Desta forma, os crioulo ou nascidos na terra, por conhecerem a língua, os costumes, as "manhas", etc, tinham mais vantagens em relação aos escravos vindos da África, chamados de "pretos minas". Assim, os escravos do Engenho de Santana, tal como os índios, deixaram registrados para a história, momentos importantes de luta e resistência. Muitas reivindicações ainda estão na pauta de negociação dos trabalhadores rurais assalariados, sem-terras e do povo indígena, que continuam em luta contra a exploração comandada pelo capital, interesses de latifundiários e governantes sem escrúpulos.

Vencida a rebelião, o engenho retorna para o controle de Manuel Ferreira que ainda não tinha quitado a dívida com o governo.

Novo proprietário, nova rebelião

No ano de 1810, o brigadeiro dos reais Exércitos, Felisberto Caldeira Brant Pontes, o Marquês de Barbacena, habilitando-se como credor de Manoel Ferreira e sua esposa, solicitou o levantamento dos bens e da dívida do casal, tornando-se desde então o proprietário do engenho.

Durante o período em que pertenceu ao Marquês de Barbacena, os escravos fizeram uma nova rebelião e ocupação do engenho. Na correspondência oficial datada de 14 de julho de 1828, enviada pelo Juiz de Paz João Pereira Guimarães ao Visconde de Camamu, estão registradas as medidas tomadas para socorrer o administrador do engenho que alegava risco de vida.



Jogo da capoeira - Rugendas

No documento, o Juiz de Paz relata os ataques feitos em mocambos da região, que eram acampamentos formados de escravos fugidos do engenho e de outras fazendas. Nesses mocambos, os escravos cultivavam roças de mandioca e cana para subsistên-

cia, que os soldados destruíram para impedir o esconderijo dos rebelados. Relata também a luta ocorrida contra os escravos que se mantinham dentro do engenho, de onde saíram feridos soldados e escravos. A rebelião acabou com a prisão dos líderes (REIS e SILVA, 1989).

Apesar dos acontecimentos, o Marquês proprietário modernizou o engenho, transformando a propriedade em um modelo para os outros fazendeiros. Os viajantes europeus

Spix e Martius, em passagem por Ilhéus em 1819, registraram a existência de um engenho, o Santana, com 260 escravos e produção de 9 mil a 10 mil arrobas de açúcar, além de cereais e algodão (SPIX e MARTIUS, 1976, Vol. II, p. 159).

O Marquês de Barbacena permaneceu como proprietário do Engenho até 2 de março de 1834, quando se registra o documento de posse do novo proprietário, o Brigadeiro José de Sá Bittencourt e Câmara, herdeiro do Dr. Bitencourt Accioli, figura de destaque na história oficial de Ilhéus. O negócio envolveu a permuta entre as terras da Sesmaria de Santana e terras que Bittencourt possuía em Minas Gerais.

Na escritura do engenho consta a seguinte descrição dos bens:

(...) que ele Marquez de Barbacena dá e sede já aos sobreditos contratistas o Engenho de Santa Anna com todas as terras, prédios, embarcações e duzentos e quatro escravos (...) as benfeitorias do engenho com moendas horizontais e roda de água, casas de caldeira, casa de esmagar com tanque de madeira para mel, uma casa de estolas com alambique novo de destilação contínua, tabuleiras de ferro quando para estufa, engenho de serrar madeira, olaria, barca de transportar cana e embarcação de cobertura lavada para levar caixas à cidade da Bahia (...) (Citado em MONTEIRO, 1999, p. 23-24).

A situação do engenho em 1834, quando o Brigadeiro Sá Bittencourt tomou posse era a seguinte: existiam 183 escravos e um recém-nascido, sendo que 21 estavam velhos, cegos e aleijados, os quais foram rejeitados por não possuírem nenhum valor. O administrador alegou que 07 haviam falecido e que 15 haviam fugido.

Após a morte do Brigadeiro e de sua esposa, enterrados na Capela de Santana, os bens e as terras foram inventariados, passando para posse dos herdeiros no ano de 1896. No inventário de 1862, ainda foram registrados nomes de 66 escravos, fábricas e acessórios, o que nos permite deduzir, entre outras questões, a longa duração da escravidão e da produção de açúcar e derivados (cachaça), nas terras de Ilhéus. Vale lembrar que a escravidão foi oficialmente extinta no Brasil, apenas em 1888.

Considerações finais

Ainda são raras informações do período de 1896 à 1960, ano em que Othon Coutinho Dias comprou a extensão da sesmaria de Santana. Neste período acontece a transição do trabalho escravo para o assalariado, a substituição do açúcar pelo cacau produzido por emigrantes que chegavam em grandes levadas do nordeste, e imigrantes estrangeiros que chegavam atraídos pela grande quantidade de terras devolutas e pela notícia de financiamento para implantação de roças de cacau.

O engenho não funcionava mais, e segundo a senhora Alice Maranhão, atual proprietária, existiam apenas ruínas da roda d'água e da moenda mas que desapareceram. Dona Alice também conta que a Igreja estava em estado deplorável e em completo abandono, sendo aos poucos recuperada para a retomada das atividades religiosas em homenagem à Sra. Santana. Existem algumas ruínas expostas (ver fotos) e os moradores afirmam que muitas coisas ainda permanecem enterradas.

Inúmeros acontecimentos e documentos também permanecem desconhecidos, necessitando ser pesquisados e reconstituídos, a exemplo da Igreja de Santana, patrimônio histórico e cultural melhor preservado; a transição do traba-

lho escravo para o assalariado; a substituição dos canaviais por outros cultivos e a história da população que viveu no local, uma vez que os descendentes dos antigos escravos também não sabemos ainda que caminho tomaram.

Atualmente, um pequeno povoado, habitado por famílias de trabalhadores rurais, pescadores, lavadeiras e aposentados, compõe o local onde funcionou todo o complexo do engenho: casa de purgar, das moendas, a roda d'água, além das senzalas e demais instalações, como serraria, olaria e casa de farinha.

A força da história ainda permanece viva no povoado e afeta o imaginário das pessoas, especialmente a história da existência da escravidão, como se percebe no depoimento da dona Estelina (p. 4). As ruínas do engenho permitem imaginar um elevado "progresso" econômico no período de seu funcionamento, o que aumenta o contraste com a simplicidade e falta de recursos dos moradores atuais. Eles deixam transparecer, nas conversas, o desejo de ver o local melhorar e se "desenvolver".

Enfim, ainda há muitas coisas a serem "descobertas e exploradas" pelos novos aventureiros da atualidade.

Maiores informações

Os proprietários do Engenho de Santana: cadeia sucessória

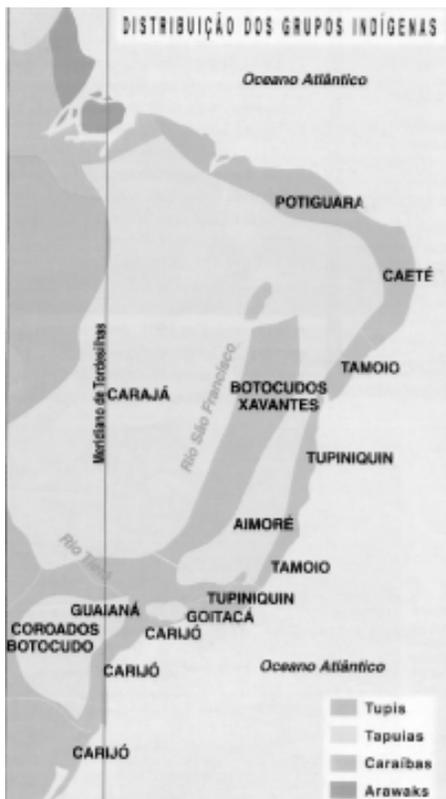
- Mem de Sá, o terceiro governador-geral do Brasil, (1557 a 1572), é conhecido na história pela expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e pelas lutas promovidas contra os índios, especialmente na Bahia, foi o primeiro proprietário do Engenho de Santana . Durante seu governo, doou sesmarias aos jesuítas e aumentou suas próprias possessões, adquirindo terras no Recôncavo, onde implantou mais um engenho de grande porte, chamado Sergipe.
- Ao morrer, em 1572, apenas dois filhos estavam vivos para herdar a fortuna e continuar a linhagem da família. Porém, o herdeiro varão Francisco de Sá, morreu oito meses depois do pai, restando apenas a filha, Felipa de Sá. Esta, deixou o convento onde vivia e casou-se com Fernando de Noronha, futuro conde de Linhares.
- Felipa morreu em 1618, sem herdeiros. Deixou os bens ao Colégio de Santo Antão de Lisboa. Os padres de Ilhéus reclamaram

a posse, o que gerou um processo jurídico e, em acordo firmado entre os padres jesuítas do colégio de Ilhéus e de Lisboa, o engenho passou a ser administrado por ambos, até a expulsão dos jesuítas ocorrida em 1759.

- O engenho foi então arrematado em leilão público por Manoel da Silva Ferreira, passando em 1810, às mãos de Felisberto Caldeira Brant, o Marquês de Barbacena.
- Posteriormente, em 1834, o Marquês negociou as terras do engenho com Sá Bitencourt, que se tornou proprietário até 1896, quando as terras da sesmaria foram divididas entre os herdeiros (SCHWARTZ, 1988, p. 394-398).
- Atualmente pertencem, na totalidade, à senhora Alice Maranhão Dias.

Maiores informações

Os povos indígenas do Brasil no período da ocupação portuguesa



Fonte: Brasil 500 ANOS: Editora Abril, p. 45.

Os povos indígenas que habitavam o litoral brasileiro na época da chegada dos portugueses pertenciam a dois troncos linguísticos distintos: os Tupi-guarani e o Jê, que os Tupi chamavam Tapuia, como mostra o mapa ao lado. Entre os Tupi, existiam os poderosos Tupinambá, que viviam no litoral, desde Sergipe até Camamu e os Tupiniquim, descendentes dos Tupinambá, que viviam ao longo do litoral de Ilhéus até a atual Baixada Santista.

Entre o grupo Tapuia, destaca-se o povo Aimoré, que habitava o Espírito Santo, Ilhéus e regiões fronteiriças do sul da Bahia. Este povo guerreiro ofereceu resistência contínua durante séculos ao regime de colonização. Os portugueses, a partir do século XVIII, passaram a chamar os Aimoré de Botocudos.

Maiores informações

Carta de Mem de Sá ao rei de Portugal relatando os acontecimentos que culminaram com a batalha dos nadadores

*Neste tempo veio recado ao governador como o gentio Tupiniquim da Capitania de Ilhéus se alevantava e **tinha morto muitos cristãos e destruído e queimado todos os engenhos dos lugares** e os moradores estão cercados e não comiam já senão laranjas e logo o pus em conselhos e posto que muitos eram que não fosse por ter poder para lhes resistir nem o poder do Imperador fui com pouco gente que me seguiu e na noite que entrei em Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava a sete léguas da vila em alto pequeno toda cercada de água ao redor de lagoas e as passamos com muito trabalho e antes da manhã de duas horas dei na aldeia e a destruí e matei todos os que quiseram resistir e a vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atrás e por que o gentio se ajuntou e me veio seguindo ao longo da praia lhes fiz algumas ciladas e onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem*

*a nado no mar da costa brava. Mandei outros índios atrás deles e gente solta que os seguiram perto de duas léguas e lá no mar pelejaram de maneira que nenhum Tupiniquim ficou vivo, e todos trouxeram a terra e os puseram ao **longo da praia por ordem que tomavam os corpos perto de meia légua** ... (Varnhagen, 1956 - Tomo I, p. 315) .*

Glossário

ALQUEIRE : medida agrária, equivalente a 27.225 m² no Nordeste.

ARROBA : medida de peso; no século XVI, equivalia a 14,75 kg.

BAGAÇO : caules de cana após a moagem.

BAETA : batas, vestuário comum dos escravos.

BALUARTE : fortaleza, lugar seguro.

BEXIGAS : varíola

BREJO : terra constantemente úmida

CALCANHA: escrava que cuida da iluminação no engenho.

CALDEIREIRO : trabalhador das caldeiras do engenho.

CALUMBÁ : trabalhador que despeja água nas engrenagens da moenda para reduzir o atrito e que cuidava de recipientes para o caldo da cana.

CASA DO ENGENHO : construção que abrigava a moenda.

ETNIA : grupo humano biológica e culturalmente homogêneo.

PERMUTA : troca

ENGENHO REAL : engenho movido por roda d'água.

FREIXE - FEIXE : determinada porção de cana recolhida pelos escravos.

LUGAR-TENENTE : Pessoa que temporariamente ocupa e desempenha as funções de outra.

LEVANTE: insurreição, motim.

NAU : embarcação grande, navio.

QUINDA : aparelho para guindar, transportar o caldo da cana, da moenda para as caldeiras.

MARQUÊS : Governador de marcas ou fronteiras, cargo importante no período das conquistas de terras.

MARTINEIROS : escravos responsáveis pelo transporte dos barcos.

MESTRE DE AÇÚCAR : o encarregado da direção geral das operações da fábrica do engenho.

MONOPÓLIO COMERCIAL : privilégio de exploração ou venda de certo produto; posse exclusiva.

PRETOS MINAS : escravos trazidos da região de Minas, na África.

TRATADO DE TORDESILHAS : Acordo legalizado pelo papa, que estabelecia a divisão de todas as terras entre as coroas da Espanha e Portugal.

MOCAMBOS : habitação precária, feita de vegetação. Habitação de escravos, geralmente feita no mato por escravos fugidos.

FORROS : libertos

PEIJA : encerramento do trabalho no engenho.

Bibliografia

- ABRIL CULTURAL. *Grandes Personagens da nossa História*, volume I e II. São Paulo: 1969.
- Brasil 500 Anos: 1530 - 1620. São Paulo: 1999.
- BARBOSA, Arléo. *Notícia Histórica de Ilhéus*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1981.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *A construção da paisagem. Coleção Brasil dos Viajantes*. Vol. III. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994.
- BUENO, Eduardo Bueno. *Capitães do Brasil - a saga dos primeiros colonizadores*. Vol. III. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- CAMPOS, Silva. *Crônica da capitania de S. Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
- POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Vol. I. São Paulo: Editora brasileira, 1953.
- PILETTI, Nelson e Claudino. *História e Vida - Brasil: da Pré-História à Independência*. Vol. I. São Paulo: Ática, 1998.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira, in *História Geral do Brasil*. Linhares, Maria Yeda. (org.) São Paulo: Editora Campus, [1983]
- SALES, Fernando. *Memória de Ilhéus: edição comemorativa do centenário de sua elevação a cidade*. 2ª ed. São Paulo: GRD, 1981.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Vol. I, 6 ED. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. 7. ED. São Paulo: Editora Nacional - Brasileira vol. 10, 1977

OUTROS

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Martins, Brasília, INL, 1976.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817 - 1820*. São Paulo: Melhoramentos, IHGB - MEC, 1976.

VARGAS, Carmem (transcrição). *Economia Açucareira do Brasil no século XIX: Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes - Marquês de Barbacena*. Coleção Canavieira nº 21. Rio de Janeiro: 1976.

Monteiro, Simone. Engenho de Santana : *cadeia sucessória*. Monografia apresentada ao Departamento de filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Santa Cruz, 1999.

PARAISO, Maria Hilda B. *Os índios de Olivença e a Zona de Veraneio dos Coronéis de Cacau da Bahia*. In Nordeste Indígena (II), Funai. Recife: 1991.

Documento do Arquivo da Torre do Tombo - Cartório dos jesuítas - Maço 16, nº 4: Instrumento com o tratado de uma petição de testemunhas para se provar um levantamento do gentio no engenho de Santa Anna dos Ilhéus, 18 de novembro de 1603. p. 2: Cópia: UESC.BA - CEDOC.

Depoimentos dos moradores do povoado do Rio do Engenho - Ilhéus, BA 1999.

MARANHÃO, Alice. Depoimentos. Ilhéus. BA: 1999.

